

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

GABINETE DO SECRETÁRIO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PUBLICAÇÃO Nº 016/CMDCA-SP/2015

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/SP, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 8069/90, torna publica a Ata de Reunião da Reunião Ordinária do dia 12/01/2015.

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA/SP

Ata da I Reunião Ordinária do CMDCA

Data: 12/01/2015

Aos doze dias do mês de janeiro de dois mil e quinze teve início a I Reunião Ordinária do CMDCA, sob a Coordenação do Sr. Mauro Caseri – Secretaria de Direitos Humanos e Presidente do CMDCA. Estiveram presentes os seguintes participantes: Maia Aguilera Franklin de Matos, Representante Titular da Secretaria de Negócios Jurídicos; Taiane Oliveira Zanetti, Representante Titular da Secretaria de Finanças e Des. Econômico; Sérgio Pinto Carneiro, Representante Titular da Secretaria de Educação; Leda Sueli de Arruda Martins, Representante Titular da Secretaria de Esporte, Lazer e Recreação; Valdir Gugiel, Representante Titular do Segmento – Atendimento Social; Maria Iracema de Araújo, Representante Titular do Segmento – Atendimento Social; Esequias Marcelino da Silva Filho, Representante Suplente do Segmento – Atendimento Social; Maria de Fátima Lopes Pereira, Representante Suplente do Segmento – Melhoria das Condições de Vida da População; Maria Ribeiro Gomes, Representante Titular do Segmento – Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Eduardo Pedro de Carvalho, Representante Suplente do Segmento – Defesa da Criança e do Adolescente; Luana Cunha Bhering, Representante Titular do Segmento – Estudos e Pesquisa; Edvaldo Luiz Vicente da Silva, Representante Suplente do Segmento – Estudos e Pesquisa; Maristela do Amaral Freitas, Representante do Segmento – Trabalhadores; Tânia Maia, Representante do Projeto Travessia; Gildese Dias da Silva, Representante do Clube de Mães “Coração de Jesus”; Nilton Bello Pepe Filho; Elfredísia de Oliveira, Representante da Associação Helen Drexel; Nathalia A. Gonçalves, Representante da Pró-Saber/SP; Daiane Araújo dos Santos, Representante da Casa dos Meninos; Solange Pristemi; Iolanda Gregório, Representante do Conselho Tutelar; Pâmela Faria Matos, Representante da ALFASOL; Daniella C. D. Jesus, Representante da ALFASOL; Douglas Carvalho de Oliveira, Representante da ALFASOL; Luciano Araújo, Representante da Subprefeitura de Santana; Regina Andrade, Representante da Subprefeitura de Vilsol; Vanessa C. Gobolto, Representante do Mov. Com. Estrela Nova; João, Representante do Conselho Tutelar; Ângela Maria da Gama, Representante do Conselho Tutelar de Gangaíba; Rosa Pizzuto, Representante do Centro de Assistência Cruz de Malta; Vivaedo Fauger, Representante da Receita Federal; José Guarac Vilela, Representante do Ato Cidadão; Renata Abir Torres, Representante da Fundação Gol de Letra; Cristina Rosa S. Lima, Representante do Conselho Tutelar de Pirituba; Rudnéia Arantes, Representante do Conselho Tutelar de Santo Amaro; Sueli Camargo, Representante da Pastoral da Menor; João Santo, Representante da Câmara; Wilson Cotrim, Conselheiro Tutelar da Mooca.

ABERTURA: O Sr. Mauro Caseri, Representante da Secretaria de Direitos Humanos e Presidente do CMDCA, inicia a Primeira Reunião Ordinária de 2015 cumprimentando a todos e solicitando que os participantes se apresentem. Após as apresentações, o Sr. Mauro Caseri questiona se os membros da reunião possuem alguma proposta de inclusão de pauta. O Sr. João Santo, Representante assessor do vereador Police Neto, solicita esclarecimento acerca de curso de capacitação para as entidades sobre prestação de contas e apresentação de projetos. O Sr. Mauro Caseri explica que tal curso está sendo ministrado pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), não estando vinculado diretamente ao CMDCA. Elucida que a capacitação não está sendo realizada com recurso do FUMCAD, mas que houve uma adequação para que a proposta fosse de encontro às realidades e as carências do CMDCA. O Sr. João Santo opina que seria importante o grupo também capacitar os funcionários da Secretaria; acerca do Grupo de Trabalho para estudo e elaboração de Resolução para estabelecer formas e critérios para realizar o redirecionamento e utilização de recursos captados acima do valor indicado no Certificado de Captação de Recursos, pontuou que ainda falta indicar alguns representantes para aprovar um calendário de reuniões. O Sr. Eduardo Pedro de Carvalho, Representante da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, sugere que ao término dessa reunião possam se reunir e discutir entre os membros da Sociedade Civil para indicar o nome do representante que participará do GT. O Sr. Mauro Caseri questiona se os participantes da Sociedade Civil possuem a possibilidade de permanecer por alguns minutos após a reunião para indicar dois representantes para compor o GT, havendo concordância em permanecerem. Seguindo para o ponto de pauta sobre a eleição da Sociedade Civil, o Sr. Mauro Caseri informa que há 20 candidatos para concorrer a 16 vagas para Conselheiro para 2015/2017 e que, devido às férias forenses, foi realizada uma publicação em Diário Oficial informando que as pessoas deveriam promover as suas inscrições mesmo faltando às certidões, sendo que após as inscrições teriam a possibilidade de enviar as certidões e terem as suas candidaturas deferidas. Coloca que o Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU) fará a eleição de seus membros no mesmo dia da eleição dos/as conselheiros/as de direito do CMDCA, e que, estão tentando discutir alguns procedimentos para agilizar a avaliação dos Conselheiros dos projetos. A Sra. Leda Sueli de Arruda Martins, Representante da Secretaria de Esporte, Lazer e Recreação, lembra que CPP além de ter que analisar os projetos e dar os Pareceres trimestrais, tem uma função extremamente importante no CMDCA de discutir projetos dentro das Políticas Públicas. Intui que por isso precisam repensar o número de participantes da CPP e elaborar um calendário muito organizado para fazer as análises. O Sr. Mauro Caseri comunica que conversou com o Sr. Rogério Ceron que disponibilizou a colocar pessoas do seu setor para que ajude a organizar um planejamento para 2015, inclusive, se colocou a disposição para outras Comissões que quiserem também discutir. A Sra. Maria Iracema de Araújo, Representante do Atendimento Social, entende que cabe a Comissão rediscutir se mantém o mesmo dia para realizar a sua reunião e que, precisam pensar como é que será controlada a execução do planejamento.

Infere que um dos grandes gargalos do Conselho é trabalhar focado no FUMCAD. A Sra. Rudnéia Arantes, Representante do Conselho Tutelar de Santo Amaro, acredita que podem reutilizar o planejamento de 2013 e 2014, porque não avançaram em vários itens que foram definidos para os mesmos e compreende que precisam levar com mais seriedade a questão da falta da oferta de serviços públicos para a proteção da criança e do adolescente. O Sr. Mauro Caseri propõe realizarem um planejamento das ações administrativas do Conselho e articula que terá uma apresentação sobre a proposta do Conselho do Sistema de Controle dos Processos Administrativos da Prefeitura – SIMPROC. A Sra. Tânia Maia, Representante do Projeto Travessia, intui que o planejamento eficaz dá o direcionamento para onde se deseja ir, mas ressalta que não podem esquecer que existem crianças e adolescentes sendo assassinados no centro de São Paulo. O Sr. Mauro Caseri postula que a fala da Sra. Tânia Maia traz

também o desafio sobre o corte étnico e que, precisam pensar que a composição do Conselho precisa trazer a Secretaria de Combate ao Racismo para colaborar na análise dos projetos. A Sra. Maria Iracema de Araújo sugere que o item “G” seja alterado para calendário de planejamento administrativo trimestral e a Sra. Luana Cunha Bhering, Representante do Segmento de Estudos e Pesquisa, compreende que ficaria contraditório realizarem um processo de planejamento sem haver um diagnóstico e registra que na gestão passada, mesmo sendo do Segmento de Estudos e Pesquisa, teve dificuldades de ter acesso às informações sobre o Fundo. Relata que se dispõe, junto com ao seu instituto, para elaborar um estudo para dar respaldo para a próxima gestão sobre as informações que ainda não possuem. A Sra. Sueli Camargo, Representante da Pastoral da Menor, complementa que ao final de 2013 a arquidiocese de São Paulo promoveu o encontro do Ministério Público com o CMDCA com a finalidade de a análise de conjuntura, visto que foi oficializado um documento solicitando ao CMDCA em relação aos pontos de como estava a Política Pública de atendimento a criança e ao adolescente. Arrazoa que não tiveram resposta sobre essa demanda. Após alguns debates dos participantes, o Sr. Mauro Caseri elucida que existe um sistema chamado SIPIA que os Conselheiros não estão utilizando por vários motivos, por isso estão tentando garantir o Conselho tenha condições técnicas de usá-lo. O Sr. Wilson Cotrim, Conselheiro Tutelar da Mooca, discorre que os Conselhos Tutelares estão reclamando cotidianamente sobre a falta de Políticas Públicas e que a Resolução do COMAS/CMDCA engessou novamente o Conselho Tutelar. Entende que precisam pensar urgentemente no curso de capacitação, não apenas para os Conselhos Tutelares, mas para toda a rede que trabalham com a proteção da criança e do adolescente. O Sr. Mauro Caseri propõe, em relação à Resolução do CMDCA/COMAS, que seja encaminhado um documento através das organizações apontando os equívocos realizados para que haja uma reavaliação do Conselho para submeter à SMADS.

Prosseguindo para o próximo ponto de pauta sobre o balanço do edital FUMCAD 2013, o Sr. Eduardo Pedro de Carvalho ponderou que na última reunião ordinária foi realizada a publicação dos projetos que foram agraciados com recurso do Fundo e informou que a Comissão na discussão desses projetos também colocou muitas das reflexões que foram apresentadas, como a questão de acompanhamento, de avaliação, de monitoramento, de convidar o Ministério Público e a Comissão permanente de Conselhos Tutelares para também estarem acompanhando esses projetos. Articula que publicaram um calendário em que as organizações que foram selecionadas deveriam até o dia 30 de dezembro protocolar a intenção de prorrogar o projeto para dois anos e que, convidaram as mesmas para participarem de um encontro na incubadora, sendo que das 91 apenas 43 se manifestaram que têm a intenção de prorrogar para dois anos. Postula que discutiram a possibilidade de rever uma nova data, devido à questão do final de ano e trouxeram a proposta para o Presidente para extensão do prazo para mais cinco dias para as organizações que ainda não se manifestaram. Relata que esses projetos devem ser acompanhados pelos Conselhos Tutelares das regiões. O Sr. Mauro Caseri arrazoa que possuem problemas de publicação e sugere que o prazo seja do dia 14 a 20 de janeiro. Informa que a Sra. Patrícia está sugerindo que o prazo seja estendido até dia 23 de janeiro e propõe que seja solicitado que a entidade escolha entre dois tipos de manifestações: deseja ampliar ou não deseja ampliar. O Sr. Eduardo Pedro de Carvalho ilustra que levantaram a informação sobre as organizações que haviam captados para poder haver a complementação e que, as mesmas serão retiradas da planilha. O Sr. Mauro Caseri sugere encaminhar para o administrativo uma solicitação para que a mesma envie a informação sobre quais captaram e a quantidade dos recursos das 91 entidades. Seguindo para a apresentação da proposta do SIMPROC, o Sr. Mauro Caseri explana que solicitou para abrir uma caixa para a CPFOR fazer a análise dos processos, sendo que feita a mesma é manifestado nos processos àqueles que foram verificados e os que não foram verificados pelo número, colocando no sistema a previsão da análise. Após o Parecer da CPFOR, o

Presidente assinará ou não a carta de anuência, indo para o CPCA para conveniar e posteriormente indo para a custódia. O Sr. João Santo questiona se do ponto de vista técnico haverá um ponto para cada Comissão e o Sr. Mauro Caseri responde que haverá um ponto para cada Comissão para elaborarem um diagnóstico no final do ano. O Sr. João Santo compreende que o quadro do fluxo é interessante para saber como está o projeto e o Sr. Mauro Caseri esclarece que nos editais a ideia é que tenha essa caixa para saber quem é responsável. A Sra. Maria Iracema de Araújo pondera que existe uma preocupação com os outros editais, pois é muita responsabilidade da Diretoria-Executiva ficar com todos os editais. O Sr. Mauro Caseri sugere criar um corpo técnico administrativo para atender tudo, independente do edital que estiver sendo feito. Seguindo para a posse dos novos membros do Conselho, o Sr. Eduardo Pedro de Carvalho indaga se a posse tem como ser retroagida e o Sr. Mauro Caseri explica que o problema em questão será resolvido posteriormente e solicita que os novos membros assinem o documento de posse. O Sr. Mauro Caseri realiza a posse dos Conselheiros Tutelares: Sra. Cristina Rosa S. Lima, Sra. Iolanda Gregório, Sr. Nilton Bello Pepe Filho e a Sra. Ângela Maria da Gama. A Sra. Maria Iracema de Araújo relata que o cronograma aprovado pelo Conselho ficou prejudicado uma vez que não conseguiram encaminhar para os Conselhos Tutelares, para as entidades e para os Fóruns a Minuta do processo de escolha para eleição dos Conselhos Tutelares que acontecerá em outubro de 2015, pois o CONANDA na última Assembléia aprovou uma alteração da Resolução 139 e estão aguardando a publicação para contemplar a Minuta do Conselho com as diretrizes que o CONANDA está apresentando. Discorre que a proposta é realizar a Audiência Pública no dia 30 de janeiro de 10h00 as 13h00. Os participantes debatem sobre o local para realização da Audiência e decidem viabilizá-lo posteriormente. O Sr. Mauro Caseri compreende que seria importante à participação da Sociedade Civil e de um representante do Governo na próxima reunião do CONANDA que acontecerá em fevereiro, mas ressalta que o contrato com o empresa que trata das passagens já terminou e por isso na próxima reunião realizarão uma avaliação do serviço prestado e solicitarão que uma nova empresa seja contratada o mais rápido possível para utilização do serviço. O Sr. Eduardo Pedro de Carvalho explana que aconteceu um problema com a contratação da empresa para outro encontro, visto que utilizaram a contratação da Secretaria para custear as despesas dos Conselheiros. O Sr. Mauro Caseri arrazoa que solicitará quatro passagens com estadias e traslado e a Sra. Maria Iracema de Araújo informa que na reunião de sexta-feira a maior parte das viagens é da delegação de evento para delegação de Conselhos Tutelares e solicita a Comissão Permanente que repasse para a Comissão as datas dos eventos para elaborarem a proposta para levar para a Plena de segunda-feira. O Sr. Mauro Caseri colocar a proposta da Sra. Maria Iracema de Araújo em votação, e não havendo nenhuma manifestação, é considerada aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: O Sr. Mauro Caseri agradece a presença de todos e encerra a Primeira Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo do dia doze de janeiro de dois mil e quinze. Mauro Caseri- Secretaria de Direitos Humanos.

São Paulo - SP
Janeiro de 2015.